



**Concurso Público para Provimento do Cargo de Soldado da
Carreira de Praças da Polícia Militar do Ceará – 2011 – 5ª TURMA**
(EDITAL Nº1/2011- PMCE DE 08/11/2011)

**PROVA OBJETIVA FINAL DO CURSO
DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**



Após receber o seu cartão-resposta, copie, nos locais apropriados, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a seguinte frase:

O melhor caminho é o que conduz à paz.

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DESTA PROVA ENCONTRAM-SE NO VERSO DESTA PÁGINA.

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

1. A Prova Final, com duração de 4 horas, perfaz o total de 120 (cento e vinte) itens que deverão ser julgados como CERTOS (C) ou ERRADOS (E).
2. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de aplicação da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova.
3. O candidato deverá verificar se seu caderno de prova está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
4. As respostas deverão ser transcritas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. Ao recebê-la, o candidato deverá verificar se seu nome e o número de sua inscrição estão corretos. Se houver discrepância, o fiscal de sala deverá ser comunicado imediatamente.
5. A folha de respostas não deverá ser amassada nem dobrada para que não seja rejeitada pela leitora óptica.
6. Após receber a folha de respostas, o candidato deverá ler as instruções nela contidas e seguir as seguintes rotinas:
 - a) copiar, no local indicado, duas vezes, uma vez com **letra cursiva** e outra com **letra de forma**, a frase que consta na capa do caderno de prova;
 - b) assiná-la 2 (duas) vezes.
7. As respostas deverão ser marcadas, na folha de respostas, pintando completamente, com caneta transparente de tinta azul ou preta, o interior do círculo correspondente à letra C (certo) ou E (errado), de acordo com o seu julgamento. O candidato deverá, obrigatoriamente, marcar, para cada item da prova, um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. É vedado o uso de qualquer outro material para a marcação das respostas. Será anulada a resposta que contiver emenda ou rasura, apresentar as duas opções de resposta assinaladas por item ou em branco, ou, ainda, aquela que, devido à marcação, não for identificada pela leitura eletrônica, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
8. O preenchimento de todos os campos da folha de respostas será da inteira responsabilidade do candidato; não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
9. Será eliminado do Concurso o candidato que se enquadrar, dentre outras, em pelo menos uma das condições seguintes:
 - a) não assinar a folha de respostas;
 - b) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bip, notebook, palmtop, walkman®, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, gravata, óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e/ou borracha;
 - c) enquadrar-se em qualquer uma das situações listadas no item 16 do Cartão de Informação, anteriormente disponibilizado, para a realização desta prova.
10. Caso o candidato, ao entrar na sala de prova, porte consigo equipamentos e/ou objetos tais como os listados no subitem b do item 9, deverá colocá-los debaixo de sua carteira; os de pequeno porte, antes de serem colocados debaixo da carteira, deverão ser acomodados em embalagem porta-objetos, disponibilizada pelo fiscal de sala, de onde somente poderão ser retirados após a entrega da folha de respostas e do caderno de prova pelo candidato, ao sair da sala em caráter definitivo.
11. Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de prova com armas; o candidato que estiver armado será encaminhado à Coordenação.
12. Para garantia da segurança, é proibido ao candidato copiar o gabarito em papel, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, **o gabarito oficial preliminar, o enunciado dos itens da prova, a grade de respostas e a imagem completa de sua folha de respostas** estarão disponíveis no endereço eletrônico do Concurso, a partir das 17 horas do dia 29 de fevereiro de 2016.
13. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação do Concurso.
14. Na parte superior da carteira ficará somente a caneta transparente, o documento de identidade, o caderno de prova e a folha de respostas.
15. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair do recinto juntos, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
16. O candidato, ao sair definitivamente da sala, deverá entregar a folha de respostas e o caderno de prova, assinar a lista de presença e receber seu documento de identidade, sendo sumariamente eliminado, caso não faça a entrega da folha de respostas. Em hipótese alguma será permitido ao candidato levar consigo o caderno de prova.
17. Os recursos relativos à Prova Final deverão ser interpostos no site do concurso, localizado a partir do endereço eletrônico <http://www.uece.br/cev>, das 8 horas do dia 1º de março às 17 horas do dia 02 de março de 2016.

PROVA OBJETIVA

Cada um dos 120 (cento e vinte) itens que compõem esta Prova Objetiva deverá ser julgado como **CERTO (C)** ou **ERRADO (E)** em conformidade com os conteúdos das disciplinas do Curso de Formação Profissional para o Cargo de Soldado PM da Carreira de Praças da Polícia Militar do Ceará, 2011, 5ª Turma, especificadas em negrito a seguir.

ITENS

Introdução ao Estudo do Direito

- () **01.** No que diz respeito à Sociabilidade Humana, pode-se dizer que a vida social é constituída de uma rede de relações sociais, caracterizadas como sendo de aproximação (casamento, família), afastamento (divórcio, reclusão) ou oposição (conflito entre os indivíduos), e mistas (direito dos contratos).
- () **02.** Os instrumentos de controle social como a moral e o direito estão numa constante relação de complementação; caracterizando-se a moral por ser heterônoma, ou seja, por dirigir-se a todos, atribuindo-lhes direitos e deveres, e o direito por ser autônomo, isto é, por submeter apenas a pessoa, na sua individualidade interior, é o dever ser.
- () **03.** Direito Natural é aquele cujo exercício é uma prerrogativa ou uma possibilidade do seu titular de exigir uma conduta de outrem, consistente na satisfação de um interesse próprio ou de terceiro; é ele que confere a possibilidade de agir, transformando-a numa garantia constitucional, à disposição de toda pessoa que se julgar lesada ou ameaçada.
- () **04.** As normas jurídicas são o ponto culminante do processo de elaboração do direito e o ponto de partida operacional da dogmática jurídica, cuja função é a de sistematizar e descrever a ordem jurídica vigente.
- () **05.** Dentro da classificação das normas jurídicas, as leis encontram-se na seguinte hierarquia: Normas Constitucionais, Atos Administrativos Normativos, Atos com Força de Lei, Normas Infraconstitucionais.
- () **06.** No tocante aos ramos do Direito, são divisões do Direito Público: o Direito Civil, que regula as relações jurídicas entre pessoas, empresas ou similares; e o Direito Comercial, que regula as relações jurídicas que nascem do exercício do comércio.
- () **07.** Cabe ao ramo do Direito Penal (Comum e Especial) definir e enumerar os crimes e as respectivas penas, bem como prescrever as medidas preventivas aplicáveis.
- () **08.** Direito Disciplinar é o ramo do direito repressivo que disciplina a forma que deve ser cumprida a pena de prisão, ou seja, a execução da pena imposta pelo juiz da sentença criminal.
- () **09.** O direito constituído por normas e princípios de direito público e de direito privado, ou ainda de direito nacional e de direito internacional é o ramo do Direito Misto.
- () **10.** Dentre os diversos meios que servem para regular a conduta dos membros da sociedade visando à harmonia da vida social, pode-se destacar: a religião, a moral, as regras de trato social e o Direito.
- () **11.** O direito é o único instrumento responsável pela organização e pela harmonia da sociedade, uma vez que é o que garante o sucesso das relações sociais.

Fundamentos de Direito Penal

- () **12.** A expressão Direito Penal designa o conjunto de leis penais, isto é, a legislação penal; e o sistema de interpretação dessa legislação, ou seja, o saber do Direito Penal.
- () **13.** Dentre os princípios constitucionais, há o chamado de princípio da bagatela, o qual analisa a proporcionalidade entre a gravidade da conduta e a necessidade da intervenção estatal.
- () **14.** Segundo o Princípio da Presunção de Inocência, previsto na Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar que "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".
- () **15.** Conforme o Código Penal Brasileiro, que adotou a Teoria da Atividade, considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que seja outro o momento da ação ou omissão.

- () **16.** Considerando que Objeto Jurídico é o bem-interesse protegido pela lei penal, no caso de homicídio, por exemplo, o objeto jurídico é a vida; no de furto, o patrimônio; e no de roubo, o complexo, incluindo o patrimônio, a posse, a liberdade individual e a integridade física.
- () **17.** Conforme o Código Penal, crime culposo é quando o agente quer o resultado ou assume o risco de produzi-lo; e crime doloso, quando o agente deve, mas não pode prever as consequências de sua ação, não há culpa.
- () **18.** No caso de Crime Tentado, salvo disposição em contrário, mesmo quando não há a consumação do crime, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao Crime Consumado, diminuída de um a dois terços.
- () **19.** É considerado homicídio qualificado quando o homicídio é cometido: mediante pagamento ou promessa de recompensa; por motivo fútil; ou por meio insidioso ou cruel, dentre outros.
- () **20.** A pena prevista para quem matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após, é de detenção por um período que pode ser de três meses a um ano.
- () **21.** A lei não permite o aborto nem mesmo em caso de gravidez resultante de estupro ou para salvar a vida da gestante; e se o médico o praticar, receberá pena que poderá variar de 1 (um) a 4 (quatro) anos de reclusão.
- () **22.** Deixar de prestar assistência quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou perdida, ou à pessoa inválida ou ferida, deixando-a ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública competente, constitui crime por omissão de socorro.
- () **23.** Dentre os crimes contra a honra, estão: calúnia, difamação, injúria, furto e roubo.
- () **24.** Em conformidade com a Constituição Federal Brasileira, o crime de latrocínio é considerado Hediondo, com pena prevista podendo variar de 20 a 30 anos de reclusão.
- () **25.** No que diz respeito aos crimes contra a administração pública, há crime de peculato quando o funcionário público apropria-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo; ou desvia-o, em proveito próprio ou alheio.
- () **26.** Segundo o que diz a lei referente ao consumo de entorpecentes, houve a descriminalização do consumo, pois o sujeito que for flagrado consumindo drogas será submetido apenas à: advertência, prestação de serviços à comunidade, e medida educativa de comparecimento a programa ou a curso educativo.
- () **27.** Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o objetivo de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa constitui crime de tortura.
- () **28.** Será penalizado com pena de detenção de um a três anos, e multa, o indivíduo que importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente.

Fundamentos de Direito Penal Militar

- () **29.** Para que haja a relevância de omissão, faz-se necessária a conjugação de dois fatores: que o omitente tenha o dever de agir e que possa de fato agir para evitar o resultado; portanto, se o agente não agir para evitá-lo, poderá ser responsabilizado por este, a título de dolo ou culpa.
- () **30.** Estado de Necessidade, Legítima Defesa, Estrito Cumprimento do Dever Legal e Exercício Regular de Direito constituem as excludentes da ilicitude, conforme estabelecido no Código Penal Militar.
- () **31.** Dentre os requisitos próprios da Legítima Defesa estão: agressão injusta, atual ou iminente; direitos do agredido ou de terceiros atacados ou ameaçados de dano; situação de perigo atual; inexistência do dever legal de afastar o perigo.
- () **32.** Um exemplo do excesso culposos é quando o sujeito em legítima defesa, após dominar seu agressor, passa a agredi-lo violentamente.
- () **33.** Perda do posto ou patente, indignidade para o oficialato, e exclusão são algumas das penas acessórias discriminadas no Código Penal Militar.

- () **34.** Os principais crimes contra o serviço e o dever militar são: deserção, abandono do posto, difamação e pederastia ou outro ato de libidinagem.
- () **35.** Dentre os principais crimes contra a administração militar estão: desacato a militar, desobediência, peculato, concussão, corrupção passiva e falsidade ideológica.

Fundamentos de Direitos Humanos

- () **36.** Os Direitos Humanos se caracterizam pela: imprescritibilidade (não se perderem pelo decurso de prazo), inalienabilidade (não se transferirem de uma pessoa para outra), irrenunciabilidade (não serem renunciáveis), e particularidade (não se aplicarem a todos os indivíduos).
- () **37.** O direito ecológico, os direitos do consumidor, os direitos da mulher, os direitos do indígena, dentre tantos outros, em sua formulação coletiva ou difusa, são exemplos típicos dos Direitos à Solidariedade.
- () **38.** Cabe ao Policial Militar servir e proteger a sociedade, coibir as infrações de acordo com a lei, julgar as pessoas por sua conduta e executar pena adequada à infração cometida.
- () **39.** Se a aplicação da lei for baseada em práticas ilegais, discriminatórias ou arbitrárias por parte dos encarregados da aplicação da lei, seguramente a fé, a confiança e o apoio público estarão destruídos.
- () **40.** Para garantir o respeito aos direitos das pessoas, a Constituição prevê, dentre outros meios, o habeas corpus e o mandado de segurança; o primeiro com a finalidade de proteger a liberdade física, de ir, vir e ficar, e o segundo, com a finalidade de defender outros direitos diversos da liberdade de locomoção.
- () **41.** A finalidade da atividade policial militar é promover o bem comum da comunidade, pois deve atender todos os princípios da Administração Pública, desenvolvendo-se segundo os preceitos do direito e da moral.
- () **42.** Segundo o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (CCEAL), tais funcionários não podem, em hipótese alguma, empregar a força, mesmo que a ausência desta comprometa o cumprimento do seu dever.
- () **43.** No agir do policial, há uma permanente limitação, pois a “dimensão pedagógica” se confunde sistematicamente com a “dimensão demagógica”, impedindo a efetiva ação da polícia no exercício de sua função técnica de intervir preventivamente no cotidiano e repressivamente em momentos de crise.
- () **44.** Para atender as expectativas do inconsciente coletivo, cabe ao policial ser cruel com os cruéis, vingativo contra os antissociais, hediondo com os hediondos.
- () **45.** A hierarquia é fundamental para o bom funcionamento da polícia e só pode ser de fato alcançada através da lei, da lógica, do personalismo e do autoritarismo dos superiores.

Sistema de Segurança Pública no Brasil

- () **46.** O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) é um sistema criado para articular as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública e da Justiça Criminal, visando a uma integração prática sem ferir a autonomia dos estados ou da Polícia Civil ou Militar.
- () **47.** As políticas públicas distributivas são aquelas que beneficiam um grande número de pessoas, em escala relativamente pequena e com reduzido grau de conflito; já as políticas públicas regulatórias são as que impõem restrições ou perdas a determinados grupos, pelo qual tem um elevado grau de conflito.
- () **48.** No tocante ao controle democrático das instituições e da atividade policial, o poder hierárquico é o de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo relação de subordinação entre servidores do seu quadro de pessoal.
- () **49.** A atuação do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial deve abranger todas as funções policiais que se relacionam com os direitos do cidadão ou que caracterizam atos de persecução penal, bem como aspectos próprios dos organismos policiais, como questões administrativas e hierárquicas.

- () **50.** Apesar de os sistemas tradicionais eminentemente repressivos ainda dominarem a área da segurança pública em todo o mundo, os seus índices de resolução de problemas vêm, ao longo do tempo, mostrando-se insatisfatórios.
- () **51.** A polícia tem que obrigatoriamente ser autônoma em relação à comunidade, pois opera para ela e em função dela, não devendo, portanto, se valer do auxílio dos membros da comunidade.
- () **52.** O ensino e o incentivo de medidas de caráter preventivo e a luta contra o tráfico de drogas e contra a mídia que cultua o terror fazem parte do excelente trabalho de combate às causas da violência realizado pelos Conselhos Comunitários de Defesa Social.

Gestão de Conflitos e Eventos Críticos

- () **53.** Seguindo um padrão de escalonamento, uma crise pode classificar-se em quatro graus conforme a intensidade do risco ou ameaça, a saber: 1º grau - alto risco, 2º grau - altíssimo risco, 3º grau - ameaça extraordinária, e 4º grau - ameaça exótica.
- () **54.** Um caso de terroristas armados e de posse de explosivos, mantendo reféns a bordo de uma aeronave é exemplo de uma crise de alto risco.
- () **55.** A cada grau de risco ou ameaça corresponde um nível de resposta compatível, a saber: nível 1 - a crise pode ser deliberada com recursos locais; nível 2 - a crise exige recursos locais especializados e também recursos de apoio; nível 3 - a solução da crise exige recursos locais especializados; nível 4 - a solução da crise requer o emprego apenas dos recursos exógenos.
- () **56.** É correto afirmar que à medida que o grau de risco ou ameaça sobe na escala de classificação, o nível de resposta a ser dado adquire maior vulto nos recursos a serem empregados e na escala hierárquica do órgão policial envolvido.
- () **57.** Uma das síndromes estudadas na doutrina de gerenciamento de crises é a Síndrome de Estocolmo, também conhecida como "Síndrome da Fadiga Crônica", que consiste em esperar que os rebelados cheguem à exaustão a ponto de surgirem dissidências entre eles, daí a polícia explora tal situação dando força à facção mais ponderada.
- () **58.** Para que haja uma boa atuação no cenário operacional, é necessário que seja respeitada a seguinte forma cronológica: negociação; técnicas não letais; tiro de comprometimento; invasão tática.
- () **59.** Com base na escala hierárquica de necessidades de Maslow, pode-se apontar como possíveis necessidades do oponente: as fisiológicas, as sociais, e as de autorrealização, dentre outras.
- () **60.** No cenário operacional, são requisitos de uma negociação: vontade de negociar com a outra parte, objetivos distintos e intercambialidade de objetivos.
- () **61.** A proposta é a etapa em que se deve encontrar o fim do conflito, através da satisfação das necessidades das partes, mediante um acordo duradouro que permita manter a relação entre as partes.
- () **62.** Os Núcleos de Mediação Comunitária, tal qual os órgãos ligados ao Poder Judiciário, possuem jurisdição limitada; não podendo, portanto, atender as pessoas, sem levar em conta o local de residência ou da ocorrência do fato.

Técnica Policial Militar

- () **63.** Enquanto aos corpos de bombeiros militares cabe o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública; às polícias militares cabe, além de outras atribuições definidas em lei, a execução de atividades de defesa civil.
- () **64.** As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- () **65.** A segurança pública e a defesa civil são direitos que a cada pessoa assiste de receber legítima proteção para sua incolumidade e socorro, em casos de infortúnio ou de calamidade, e garantia ao patrimônio público ou privado, assegurados unicamente pelas organizações militares: Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

- () **66.** A Polícia Militar do Ceará é instituição permanente, orientada com base nos princípios da legalidade, hierarquia e disciplina, constituindo-se força auxiliar e reserva do Exército, subordinada ao Governador do Estado.
- () **67.** No caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, será realizada a Busca Pessoal desde que tenha sido expedido mandado.
- () **68.** Busca Pessoal consiste na procura material feita nas vestes, pastas, malas e em outros objetos que estejam com a pessoa revistada e, quando necessário, no próprio corpo.
- () **69.** A revista só poderá ser realizada mediante mandado, mesmo quando realizada na presença da autoridade judiciária ou do presidente do inquérito.
- () **70.** Compete ao policial aferir e valorar a atividade policiada, segundo critérios de conveniência, oportunidade e justiça, inclusive quanto à sanção de polícia a ser imposta; contudo é necessário que respeite os limites da lei e esteja com a prévia aprovação ou autorização do Poder Judiciário para que o ato de polícia possa ser concretizado.
- () **71.** Uso moderado e proporcional da força; Pronto atendimento; e Qualificação especial para a gestão de conflitos sociais são alguns dos princípios previstos para a Polícia Militar do Ceará.
- () **72.** No que diz respeito à preservação da ordem pública, esta comporta duas fases: a primeira, em situação de normalidade, quando é assegurada mediante ações preventivas com atitudes dissuasivas; a segunda, em situação de anormalidade, quando a ordem pública deverá ser restabelecida por meio de ações repressivas imediatas, com atitudes de contenção.
- () **73.** Dentre os conceitos básicos, estão os de Região e Área, em que o primeiro diz respeito ao espaço geográfico atribuído à responsabilidade de um Batalhão, Célula ou Companhia e Núcleo Independente; e o segundo é o espaço geográfico atribuído à responsabilidade de um Grande Comando de Policiamento.
- () **74.** Aglomeração, multidão e turba são termos sinônimos para designar um grande número de pessoas temporariamente reunidas.
- () **75.** A demonstração, por pessoas reunidas, de sentimento hostil ou simpático a determinada autoridade ou a alguma condição ou movimento político, econômico ou social caracteriza uma Manifestação.
- () **76.** O COTAM, COTAR e GATE são Forças Táticas Especiais destinadas ao apoio às Forças de Patrulha em casos graves e missões especiais em zonas urbanas e rurais, visando a buscas e capturas; podendo, portanto, ser empregadas em todo o Estado, apesar da estrutura permanente ser na Capital.
- () **77.** O policiamento ostensivo deve ser organizado de maneira rígida e imputável, a fim de impor-se frente às situações anormais, atendendo o clamor da comunidade e objetivando o pronto e pleno restabelecimento da ordem pública.
- () **78.** O policial militar deve estar o mais próximo possível da comunidade onde serve, sabendo de suas opiniões e problemas, bem como procurando conhecer a população com a qual está em contato; para tanto, deverá atuar demonstrando emoções e concepções pessoais, a fim de conquistar a empatia e identidade com a comunidade.
- () **79.** Ao realizar uma Advertência, é importante o policial militar verbalizar o que pode fazer, como, por exemplo: "posso prendê-lo por isso", ou "se eu quisesse, poderia prendê-lo" e empunhar talão de notificação, caneta ou bastão, antes da interpelação.
- () **80.** Nos casos de resistência, agressão, ou tentativa de fuga, é admissível que o policial militar empregue força física moderada, sempre sem violência arbitrária ou abuso de poder, para efetuar a prisão.
- () **81.** Ao realizar abordagem em edificações com reféns, o policial militar deverá: colher informações no local e transmiti-las via rádio, para providências decorrentes; bem como oferecer-se como refém, a fim de diminuir o poder dos delinquentes.
- () **82.** Para a realização de varredura visual de locais suspeitos, o policial poderá fazer uso de técnicas como: Tomada de Ângulo, Relógio e Olhada Rápida.

- () **83.** Na situação de combate em ambientes fechados, um aspecto que merece destaque é a postura adequada do policial para reagir a uma agressão armada quando em meio a uma busca interna, pois deve adotar uma postura defensiva, deixando a arma dentro do coldre ou, quando fora deste, mantendo-a apontada para baixo, aguardando o momento certo de reagir.
- () **84.** Entre as mais perigosas atribuições do Policial Militar está o ato de efetuar prisão, pois nestas circunstâncias, deverá atentar também para o fator surpresa, em face das múltiplas reações que o indivíduo pode ter diante da iminência de perder a liberdade.
- () **85.** São missões do Regimento de Polícia Montada: atuar como tropa de choque montada no controle de distúrbios civis, executar o policiamento de guarda em aquartelamentos e na parte externa de estabelecimentos penais quando a situação assim exigir, fazer o policiamento de trânsito em cruzamentos, dentre outras.
- () **86.** É missão do Batalhão do Policiamento de Eventos (BPE) atuar nas áreas de concentração e fluxo turístico do Estado do Ceará, principalmente na zona litorânea, através do policiamento ostensivo preventivo, acompanhando a movimentação de turistas e prestando orientações que sirvam de referência turística.
- () **87.** Escolta de presos é o deslocamento do policial-militar conduzindo, com segurança, o preso da Justiça Pública: à presença da Autoridade judiciária; de um para outro estabelecimento penal; de uma para outra Comarca; aos Institutos de Saúde Física e Mental; e a qualquer outro lugar, por ordem da Autoridade judiciária.
- () **88.** Quando na missão de conduzir o preso, é prudente, para a segurança do policial-militar, informar aos escoltados e a terceiros o lugar para onde estão indo, o horário de chegada, o local de parada, bem como as mudanças ocorridas e os meios de transportes a serem utilizados.
- () **89.** Ao executar serviços de urgência, os veículos oficiais e os de prestação de serviços públicos essenciais à população, desde que acione sirenes, têm prioridade de circulação concedida e direito até de desrespeitar regras elementares de cautela para a segurança de terceiros.

Doutrina de Polícia Comunitária

- () **90.** A segurança é uma necessidade tão fundamental ao homem que, quando não satisfeita, eleva a tensão individual e coletiva, causando não raro, a ruptura do equilíbrio do organismo ou da estabilidade social.
- () **91.** A “Polícia Comunitária” não tem o sentido de participação social, mas sim o de assistência policial, tendo como objetivo credenciar pessoas extras aos quadros da polícia como policiais comunitários, a fim de garantir melhoria na qualidade de vida da população.
- () **92.** Segundo a Constituição Federal, cabe a qualquer cidadão uma parcela de responsabilidade pela sua própria segurança e nesta condição, na medida de sua capacidade e da natureza de seu trabalho, deve colaborar, no que puder, para a segurança e o bem estar coletivo.
- () **93.** Na prática, a Polícia Comunitária difere do Policiamento Comunitário, pois este deve ser interpretado como uma filosofia organizacional indistinta a todos os órgãos de Polícia, e aquela como pertinente às ações efetivas junto à comunidade.
- () **94.** No que diz respeito ao papel das polícias, enquanto a Polícia Tradicional preocupa-se com a resolução do crime; a Polícia Comunitária preocupa-se em dar um enfoque mais amplo visando à resolução de problemas, principalmente por meio da prevenção.
- () **95.** Exemplos das prioridades tanto da Polícia Tradicional quanto da Polícia Comunitária são: roubo a banco, homicídios e casos que envolvam violência.
- () **96.** A função do comando da Polícia Comunitária é prover os regulamentos e as determinações que devam ser cumpridas pelos policiais.
- () **97.** Uma das diferenças básicas entre a Polícia Tradicional e a Comunitária é que a primeira presta contas de seu trabalho somente ao seu superior, enquanto a segunda, além do superior, presta contas também à comunidade.
- () **98.** Na Polícia Comunitária, o policial emprega energia e eficiência, dentro da lei, na solução dos problemas com a marginalidade, que no máximo chega a 2% dos moradores de sua localidade de trabalho; quanto aos 98% da comunidade, estes devem ser tratados como cidadãos e clientes da organização policial.

- () **99.** Para a implantação do sistema de Policiamento Comunitário, é necessário que todos na instituição conheçam e pratiquem permanentemente os seguintes princípios: Policiamento Descentralizado e Personalizado, Resolução Preventiva de Problemas a curto e a longo prazo, Extensão do Mandato Policial, dentre outros.
- () **100.** Policiamento Comunitário é um programa e uma técnica de serviço policial à comunidade, que atua como relações públicas, visando à melhoria das relações com a comunidade.
- () **101.** A ação das Forças Armadas obedece aos tratados e convenções internacionais bem como aos códigos e regulamentos militares, tendo normalmente como campo de atuação o T.O. (Teatro de Operações).
- () **102.** A limitação da ação da Polícia a funções específicas, a formação especializada de seu pessoal e a aceitação de profissionais civis, dentre outros, são critérios necessários para um verdadeiro profissionalismo policial.
- () **103.** Na concepção do Programa Ronda do Quarteirão, foram estabelecidas prioridades como: criação de polícia de proximidade, utilização do uso legal e proporcional da força, qualificação em consonância com a utilização de tecnologia avançada e interação com a comunidade.

Armamento (letal e não letal) e Equipamento

- () **104.** Dentre as normas de segurança que proporcionarão um aprendizado seguro e eficiente no tocante ao manuseio do armamento estão: manter o dedo sempre no gatilho, mesmo antes da decisão de atirar; certificar-se de que a arma está descarregada antes de qualquer limpeza; manusear a arma sempre dentro de viatura.
- () **105.** As principais classificações existentes das armas de fogo são quanto: ao tipo, ao emprego, ao funcionamento, ao princípio de funcionamento, à alma do cano (raimento), ao sistema de carregamento, ao sistema de inflamação ou ignição, à refrigeração, ao sentido da alimentação e à alimentação propriamente dita.
- () **106.** De acordo com a legislação vigente, um agente policial é isento de pena mesmo quando o erro derivar de culpa e o fato for punível como crime culposos.
- () **107.** É imperioso para o profissional de segurança pública saber utilizar progressivamente a força em situações adversas, pois numa ocorrência em que o suspeito demonstre resistência ativa, por exemplo, o policial deverá saber que a força a ser utilizada para resolver tal situação é a letal.
- () **108.** Conforme o modelo de uso progressivo da força, é previsto que se o suspeito agir dentro da normalidade, basta a presença do policial, porém se agir com agressão não letal, já são necessárias táticas defensivas também não letais.
- () **109.** Na Balística Interior, estuda-se a estrutura, o mecanismo, o funcionamento e a técnica do disparo; já na Balística Externa ou Exterior, estudam-se os efeitos produzidos pelo projétil em seu impacto contra o alvo atingido.
- () **110.** O revólver é uma arma extremamente letal, devido ao seu alto poder de perfuração, portanto sua utilização deve se limitar aos grupos especiais, servindo de terceira arma.
- () **111.** Dentre as funções das armas não letais, está a de incapacitar pessoas, controlar distúrbios civis e restringir o acesso de pessoas a determinada área ou dessa área retirá-las.
- () **112.** As munições de impacto controlado são eficientes na intimidação contra indivíduos isolados ou em grupos, através do efeito impactante dos projéteis de borracha; como essas munições não provocam hematomas nem fortes dores, podem ser atiradas inclusive contra a cabeça e o baixo ventre do indivíduo alvo.
- () **113.** As granadas de impacto foram projetadas para serem utilizadas em operações de controle de graves distúrbios e no combate à criminalidade, quando os infratores da lei encontram-se protegidos por barricadas ou colchões.

Inteligência Policial

- () **114.** O Sistema Brasileiro de Inteligência tem como objetivo integrar as ações de planejamento e execução das atividades de Inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional.
- () **115.** O Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) tem como finalidade coordenar e integrar as Atividades de Inteligência de Segurança Pública apenas no âmbito do estado, bem como suprir o governo estadual de informações que subsidiem a tomada de decisões neste campo.
- () **116.** A Doutrina de Inteligência caracteriza-se por ser: Normativa, Dinâmica, Dogmática, Consensual e Plural.
- () **117.** Realizar avaliação de situações de interesse da Segurança Pública e subsidiar o planejamento estratégico das organizações do Sistema de Segurança Pública são duas das finalidades da Atividade de Inteligência de Segurança Pública.
- () **118.** A Atividade de Inteligência de Segurança Pública possui dois ramos: a Inteligência, que é responsável pela proteção da atividade e da instituição, bem como pela neutralização da inteligência adversa; e a Contra-Inteligência, que é responsável pela produção de conhecimentos de interesse da Segurança Pública e Defesa Social.
- () **119.** Considerando as Ações de Inteligência, no que diz respeito à coleta de dados, esta pode ser de dois tipos: primária (com acesso autorizado a banco de dados protegidos) ou secundária (com obtenção de dados disponíveis).
- () **120.** Ambiente operacional é a área onde se desenvolve a Operação de Inteligência de Segurança Pública, podendo ser uma região, uma cidade, um bairro, uma rua, uma praça ou até mesmo uma instalação.